

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 92 / XIII / 2.ª SL

Aos cinco dias do mês de julho de 2017, pelas quatorze horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

Apreciação e votação dos Requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD, e do CDS/PP, relativos à realização de audição ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Gonçalves** o qual, começando por dar as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes, prosseguiu de imediato para o ponto único da Ordem do Dia.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **José Cesário (PSD)** para expor a motivação do Requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar.

O Senhor Deputado tomou a palavra para, em primeiro lugar, cumprimentar os Senhores Deputados presentes e, em seguida, proceder à apresentação do Requerimento. Começou por explicitar que havendo desenvolvimentos diários na situação sociopolítica da Venezuela, a qual aumenta em gravidade e, tendo o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas visitado aquele país recentemente, consideram oportuno efetuar uma audiência à porta fechada que possa complementar os esclarecimentos já prestados aquando da audiência regimental, sobre a situação da Comunidade Portuguesa a residir na Venezuela.

Sobre os restantes pontos descritos no Requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, a saber: problemas no funcionamento da rede consular portuguesa e evolução do programa de permanências consulares; ponto de situação sobre a plataforma de ensino à distância do Instituto Camões; consequências da recente

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

regulamentação da Lei da Nacionalidade e atrasos nos processos de inscrição de nacionalidade Portuguesa; e, ponto de situação da comunidade Portuguesa no Reino Unido; conforme seja entendimento do Governo, o seu Grupo Parlamentar está disponível para ouvir os esclarecimentos a serem prestados sobre aqueles pontos tanto nesta audição como noutra a realizar numa data próxima, se possível no mês de setembro.

Referiu, por fim, que o seu Grupo Parlamentar gostaria de adicionar um novo ponto ao Requerimento apresentado, desta feita, sobre a situação da comunidade Luso-guineense na Guiné Bissau, considerando ser este o momento oportuno para procederem à discussão desta questão.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado **José Cesário (PSD)**, tomou a palavra o Senhor Deputado **Paulo Pisco (PS)**, começando por cumprimentar os Senhores Deputados presentes e frisar que o seu Grupo Parlamentar nada tem a objetar ao Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Desse modo, mostram-se favoráveis à troca e atualização das informações detidas pelo Governo sobre a concreta situação vivida no terreno pela comunidade Portuguesa na Venezuela. No que respeita, à audição do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sobre os pontos descritos no Requerimento, lembra que este só faz referência à audição daquele, não incluindo o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado **Paulo Pisco**, o Senhor **Presidente da Mesa** tomou a palavra para si próprio para esclarecer que ambos os Requerimentos apenas requerem a audição do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas mas, tratando-se de matérias que se encontram sob a alçada do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, este é livre de decidir sobre a pertinência da sua presença durante a audição.

Terminado este esclarecimento, foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Nuno Magalhães (CDS)** para expor a finalidade do Requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar.

Tomou a palavra Senhor Deputado **Nuno Magalhães (CDS)**, cumprimentando os Senhores Deputados presentes e passando, de seguida, à exposição das razões pelas

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

quais o seu Grupo Parlamentar pede para ouvir o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sobre a situação sociopolítica vivenciada na Venezuela.

Desse modo, referiu que o seu Grupo Parlamentar acompanha com preocupação o quotidiano da comunidade Portuguesa na Venezuela e, tendo o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas visitado aquele país recentemente, mostra-se adequado efetuar uma nova audição, de preferência à porta fechada, de forma a, que sejam prestados todos os esclarecimentos considerados pertinentes a esta Comissão Permanente.

Terminada a apresentação do Requerimento do Grupo Parlamentar do CDS, pelo Senhor Deputado **Nuno Magalhães**, foi dada a palavra à Senhora Deputada **Carla Cruz (PCP)**, a qual iniciou a sua intervenção por cumprimentar os Senhores Deputados presentes. Referiu que os Requerimentos apresentados se entrecruzam, pelo que, dada relevância das matérias que ambos visam esclarecer e discutir, o Grupo Parlamentar votará favoravelmente o pedido de audição Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Apresentados os Requerimentos e tendo todos os Senhores Deputados que desejavam tomar a palavra, efetuado a sua intervenção, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação os referidos Requerimentos, sendo estes aprovados, com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS e PCP.

Aprovados os Requerimentos, o Senhor Deputado **Nuno Magalhães (CDS)** pediu a palavra para esclarecer que o pedido para que a audição do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas seja feita à porta fechada, não é uma imposição mas apenas uma presunção de que, dada a delicadeza da matéria a esclarecer e discutir, aquela seja a intenção do Senhor Secretário de Estado.

Pediu a palavra, em seguida, o Senhor Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)** para referir que a regra regimental aplicável é a de que as audições devem ser públicas, devendo ser essa a proposta a apresentar pelos Grupos Parlamentares requerentes. Não obstante, se o Governo entender tratar-se de uma matéria sensível que necessita reserva, então aquela regra deve ser excecionada e a audição deve ser realizada à porta fechada. Mas, neste caso, o Governo deve primeiro pronunciar-se nesse sentido.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Após a intervenção do Senhor Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)**, os Grupos Parlamentares do PS e PCP mostraram a sua concordância com o entendimento do Grupo Parlamentar do BE.

O Senhor **Presidente da Mesa** tomou a palavra para si próprio para esclarecer que não vê impedimento em que a audição seja pública, uma vez que, essa é a regra regimental. Não obstante, entende que deve ser decidido com a antecedência devida, em que moldes a referida audiência deverá ter lugar.

No que respeita à data em que a audição deverá ter lugar, houve concordância por parte de todos os Senhores Deputados presentes, de que a mesma se realize no dia 18 de julho, pelas 11 horas.

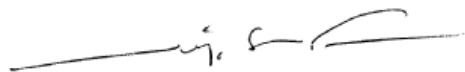
A final, o Senhor Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)**, fez referência ao texto comum, a apresentar pelos diferentes Grupos Parlamentares, de condenação pela detenção do diretor da **Amnistia Internacional Turquia**.

A presente reunião foi gravada podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas quatorze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de S. Bento, 17 de julho de 2017

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Domicília Costa
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Rui Silva
Berta Cabral
Carla Cruz
Hugo Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D'Ávila
Gabriela Canavilhas
Paulo Neves
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Isabel Santos

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 18/07/2017.